

Minas amplia o número de escolas "terceirizadas"



EDUCAÇÃO

Em meio a debate sobre a gestão compartilhada no ensino público, secretário fala em "ampliar a capilaridade" do Projeto Somar, que pode chegar a 80 escolas do estado

GOVERNO DE MINAS VAI TERCEIRIZAR MAIS ESCOLAS

IZABELLA CAIXETA

A transferência da gestão da educação pública para empresas privadas no Brasil tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões, em especial depois que os governos de São Paulo e do Paraná anunciaram projetos nesse sentido. Em Minas Gerais, o governo adota experimentalmente uma espécie de "meio-termo" entre o modelo público e a privatização das escolas estaduais: a gestão compartilhada. E, em meio a questionamentos, se prepara para estender o Projeto Somar já no ano que vem. Nessa quarta-feira (31/7), a Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG) publicou o edital para que Organizações da Sociedade Civil (OSCs) da área de educação se credenciem para colaborar na gestão compartilhada de algumas escolas estaduais. Essa ampliação, entretanto, preocupa especialistas, uma vez que não foram divulgados dados que permitam avaliar a efetividade do programa.

Apresentado como uma abordagem estratégica para implantação do Novo Ensino Médio, o Projeto Somar foi proposto em 2021 e começou a ser executado em 2022 em programa-piloto que envolve três escolas estaduais, com duração de quatro anos: a Francisco Menezes Filho, no Bairro Ouro Preto, a Maria Andrade Resende, no Bairro Garças, ambas da Região da Pampulha, na capital, e a Coronel Adelino Castelo Branco, em Sabará, na Grande BH.

Desde o lançamento, a iniciativa é alvo de críticas sobre os mais diversos aspectos, entre eles a entrega da educação pública à iniciativa privada, a falta de participação popular no desenvolvimento do projeto e a não divulgação dos resultados. "Não se tem dado algum sobre resultados. A SEE nunca prestou contas, não tem nenhuma avaliação sobre como é o projeto, nem dos resultados nesses anos de implantação. Nas escolas em que esse projeto foi levado a termo ninguém fala sobre o assunto, porque todos têm medo de demissão, já que são vinculados à organização da sociedade ci-

vil e não ao Estado", afirma a coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), Denise Romano.

O secretário de Educação, Igor de Alvarenga informa, entretanto, o Estado pretende aumentar a "capilaridade" da iniciativa. "Ainda não temos números porque estamos no momento de construção, mas em breve pretendemos soltar novidades do Projeto Somar. Ter uma maior capilaridade do projeto no nosso estado seria um avanço muito importante", afirmou o secretário em entrevista ao Estado de Minas dias antes de anunciar a ampliação.

Segundo o governador Romeu Zema, a expansão do projeto pode alcançar até 80 escolas em todo o estado. "Esse projeto inovador tem mostrado excelentes resultados nas nossas escolas, comprovando que a gestão compartilhada entre Estado e as OSCs pode realmente transformar a educação pública", afirmou Zema na divulgação da publicação do edital.

Diretor-executivo da Associação Centro de Educação Tecnológica (Ceteb), responsável pela gestão das escolas do Projeto Somar, Claudenir Machado explica que o objetivo não é transformar todas as escolas em parcerias público-privadas, mas oferecer "mais uma" opção de ensino. "Acho que o que está mais próximo da realidade da educação pública brasileira é um projeto dessa natureza, sem desresponsabilizar o Estado. Adequando e aprimorando para que seja uma escolha a mais. O grande propósito é esse", defende.

Também o presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Felipe Michel Santos Araújo Braga, considera positiva a oferta de diferentes modelos de escolas a fim de atender à diversidade das demandas da população. Para ele, isso faz parte da obrigação do Estado de oferecer educação de qualidade a todos. "No Conselho, de uma forma geral, a gente está vendo essas inovações não para substituir o modelo que a gente tem, mas para complementar e expandir o perfil das juventudes que são acolhidas e formadas nas nossas escolas", sustenta Felipe.



ÁREA EXTERNA E SALA DE AULA DA ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO MENEZES FILHO: DADOS PRELIMINARES APONTAM ELEVÇÃO DAS TAXAS DE APROVAÇÃO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS



FOTOS: LEANDRO COURI/EM/DA PRESS

CIÊNCIA SOMAR



TRANSFORMAR EM QUESTÃO... [Text continues with details about the science project and its goals.]

... [Text continues with details about the science project and its goals.]



O GESTOR... [Text continues with details about the management of the schools under the Somar project.]

EDUCAÇÃO

Gestão adotada em três unidades da rede estadual “não tem sustentação legal”, afirmam estudiosos. Alunos, professores e pais ouvidos em uma das escolas aprovam o modelo

ESPECIALISTAS QUESTIONAM ENSINO PÚBLICO “PRIVATIZADO”

IZABELLA CAIXETA

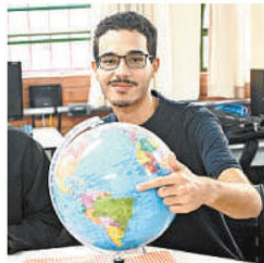
Em execução experimental em três escolas estaduais de Minas Gerais desde 2022 e com uma expansão já em formação, o Projeto Somar enfrenta questionamentos quanto à sua legalidade. O argumento gira em torno da proximidade da proposta da chamada gestão compartilhada com a privatização. Segundo os críticos, o Estado estaria abrindo mão do dever de suprir o direito à educação, transferindo-a para o mercado.

Segundo Tiago Fátore, doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atualmente, é mais interessante para entidades privadas firmarem parcerias com o Estado para acessar o dinheiro público do que comprar uma instituição. Esse processo, acredita, transforma direitos como a educação em mercadorias.

Já para Carlos Roberto Jamil Cury, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) nas áreas de políticas educacionais e direito à educação, o Projeto Somar descumpra artigos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece a gestão democrática para as escolas da rede pública. O Estado, afirma Cury, estaria substituindo a gestão democrática por “um conceito novo, de gestão compartilhada, que não tem sustentação legal”. “Está muito claro, seja no PNE, na LDB (Lei de Diretrizes de Base), na Constituição e agora numa lei específica sobre gestão democrática. Do ponto de vista jurídico, o democrático supõe o compartilhado, só que o compartilhado não prevê, na gestão democrática, a introdução do privado”, afirma Cury.

Para o secretário de Educação, Igor de Alvarenga, entretanto, afirmar que há repasse da educação para a iniciativa privada demonstra desconhecimento sobre o projeto e sua vinculação a um discurso de privatização “partidária”. “O que trago aqui é uma discussão educacional. É importante saber que não adianta forçar uma vinculação de algo que não é compatível com o conceito de uma gestão compartilhada. Estamos trazendo um modelo diferente, mas não estamos privatizando a escola”, defende o secretário de Educação.

Uma das críticas do projeto é a deputada Beatriz Cerqueira (PT), presidente da Comissão de Educação e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ela lista denúncias contra a iniciativa, entre elas



ANDERSON ESTUDOU NA ESCOLA ENTRE 2021 E 2023 E AFIRMA QUE O AMBIENTE SE TORNOU MAIS LEVE

a de que os editais de chamamento público referentes ao projeto seriam inconstitucionais. A Ceteb também foi alvo de denúncias, no âmbito trabalhista. Entre as supostas irregularidades listadas estão: início das atividades pelos profissionais contratados antes de finalizado o processo de contratação, atraso de mais de 20 dias para assinatura da Carteira de Trabalho e ausência de pagamento dos salários e dos demais encargos trabalhistas. Segundo a SFE e o Ceteb, esses foram casos pontuais, já resolvidos, de modo que todos os contratos estão regularizados e sem pendências.

APOIO NA COMUNIDADE

A reportagem foi até uma das participantes do Projeto Somar, a Escola Estadual Francisco Menezes Filho, no Bairro Ouro Preto, Região da Pampulha, mas teve a entrada negada. Após diversos pedidos, foi concedida uma visita, acompanhada pela assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Educação. Foi possível conversar com alunos, ex-alunos, pais e professores.

A escola estava muito bem-cuidada, com paredes e cantos de flores artificiais pintados. Banners mostrando que a instituição de ensino participa do Projeto Somar podem ser vistos desde a entrada. Um laboratório, onde uma aula de química era ministrada no



ALUNOS TRABALHAM NO LABORATÓRIO DE QUÍMICA DA ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO MENEZES FILHO, QUE FAZ PARTE DO PROGRAMA

FOTOS: LEANDRO COURI/EM/DA PRESS

momento da visita, uma pequena biblioteca e projetores integram a estrutura.

Todos os entrevistados consideraram que houve avanços na escola, especialmente no que se refere à segurança. “O ambiente da escola em si era diferente no sentido da convivência, mais pesado. A gente não se sentia seguro aqui, porque qualquer coisa virava briga, as pessoas ameaçavam umas as outras”, conta Anderson Almeida, que estudou na Francisco Menezes Filho de 2021 a 2023.

Agora, afirmam os entrevistados, a imagem está totalmente mudada. Entre as mudanças listadas está a obrigatoriedade do uso do uniforme, a liberação da entrada apenas para quem tem permissão, punição de alunos que desobedecem as regras e a implementação de um sistema de diálogo com os pais por meio do WhatsApp. Houve também um processo de valorização da educação, incentivo para fazer inscrição no Enem e outros vestibulares, assim como aulas preparatórias no turno da noite.

Hoje no segundo ano do ensino médio, Lara Cardoso Ramos conta que sempre estudou em escolas públicas e que a Francisco Menezes Filho se destaca entre elas. Ela também afirma que a reputação da unidade de ensino melhorou muito nos últimos dois anos. “A segurança está bem melhor, sempre tem policiais nas redondezas. É um ambiente muito tranquilo e acaba que a vizinhança fica mais tranquila também”, avalia.

As mães Renata Fantini e Edilaine Caroline dos Santos elogiaram a qualidade do ensino, o ambiente e o incentivo da escola à participação dos pais. “Meu filho está bem mais entusiasmado com as matérias porque aqui tem uma metodologia diferente. A escola tem dado um acompanhamento tão especial que ele está conseguindo obter boas notas, está gostando da escola. Então, estou muito feliz”, afirma Edilaine.

A diretora da unidade, Maria de Jesus Fernandes Xavier, enfatizou o esforço da escola em criar um ambiente acolhedor para os alunos: “Avalio a Francisco Menezes Filho como uma escola com um ambiente acolhedor para os estudantes. Eles são muito engajados nas ações propostas tanto pelos professores quanto pela coordenação pedagógica e temos um clima agradável de trabalho”.

No cargo desde janeiro de 2023, Maria já tinha experiência como diretora de uma escola da rede estadual de educação. Segundo ela, trabalhar na gestão compartilhada é melhor, uma vez que tem mais apoio para tomar as decisões. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 32, 33 e 34